

Termo de Uso do Sistema SDTA

Versão GIT SDTA-1.5.0

1. Aceitação:

Ao utilizar o Sistema SDTA, o usuário adere aos termos aqui dispostos e concorda em submeter-se integralmente às condições mencionadas a seguir:

2 . Sobre o serviço:

O Sistema de Desenvolvimento de Talentos da Anatel SDTA é a ferramenta que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disponibiliza, na internet e na Rede Corporativa da Agência, para gestão e acompanhamento das ações de desenvolvimento profissional feitas pelos servidores, com vistas a verificação dos critérios relativos a horas de capacitação para promoções e progressões destes.

3. Definições:

Para fins deste instrumento considera-se:

- 3.1. Usuários: qualquer pessoa que utilize os recursos do Sistema, apenas podendo ser utilizado por servidores da anatel, cadastrados no SARH.
- 3.2. Representante legal: qualquer pessoa física com capacidade civil plena, que possua documentação específica para representar legalmente os usuários no registro de uma solicitação;
- 3.3. Dados cadastrais: dados pessoais fornecidos pelos usuários para realização do cadastro no Sistema (exemplo: CPF, CNPJ, telefone, CEP, etc);
- 3.4. Informação sigilosa: dados pessoais ou qualquer outra informação cujo caráter sigiloso derive da lei ou de decisões proferidas por órgão administrativo e/ou judicial.

4. Modalidades/Utilização do serviço

O Sistema SDTA disponibiliza aos usuários os seguintes serviços:

1. Consulta das notas das avaliações de desempenho aferidas durante os ciclos avaliativos;
2. Consultas dos dias suspensos (licenças)
Consultas de informações sobre a próxima progressão/promoção no que diz respeito à quantidade de horas de capacitação a serem cumpridas bem como à data provável da próxima promoção/Progressão.
3. Consulta do histórico das progressões e promoções;
4. Consulta das notas da avaliação GDAR/GDATR/GDPCAR aferidas durante os ciclos avaliativos;
5. Consultas das avaliações sob a responsabilidade do servidor (quando aplicável);
6. Consulta dos dias de ausência em função de ações de desenvolvimento, faltas

7. Consulta das notas obtidas durante o estágio probatório;
8. Realização de avaliações de desempenho, autoavaliação, avaliação de pares;
9. Consulta das notas de gratificação qualificação

Os serviços prestados no Sistema são gratuitos e de utilidade restrita, sendo observado o sigilo fiscal.

Ao utilizar o Sistema, o usuário declara ciência de que as informações poderão ser utilizadas para apuração e constituição do

5. Da responsabilidade da Anatel

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel é a responsável pela administração, disponibilização e manutenção do Sistema.

A Anatel, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma.

6. Da Política de Uso de Dados Pessoais

A Política de Uso de Dados Pessoais do SDTA visa esclarecer como serão utilizadas as informações sigilosas disponibilizadas por seus usuários, especificando o conteúdo dos registros efetuados e as modalidades de tratamento das informações coletadas.

Os usuários que utilizarem o Sistema deverão observar os termos desta Política.

Os dados cadastrais do representante/responsável somente serão visíveis ao próprio usuário e aos gestores do Sistema.

Os dados poderão ser utilizados de forma individualizada ou não para fins estatísticos, realização de estudos e planejamento de ações.

As informações fornecidas pelos usuários são registradas e armazenadas nos bancos de dados da Anatel, observados os necessários padrões de segurança, confidencialidade e integridade, e somente serão utilizadas para as finalidades próprias da Anatel, bem como para fins estatísticos, geração de indicadores, realização de estudos e planejamento de ações.

As informações de caráter pessoal ou confidencial são tratadas de acordo com a legislação vigente e com as legítimas expectativas de boa-fé dos usuários do Sistema. O acesso, a essas informações, só poderá ser efetuado pela Anatel, por meio de seus gestores, e pela prestadora titular do dado.

Os gestores que, por qualquer motivo, usarem indevidamente as informações às quais tiveram acesso, estão sujeitos às penalidades e sanções legais e disciplinares aplicáveis.

O Sistema poderá enviar mensagens ao endereço eletrônico (e-mail) e celulares cadastrados de seus solicitantes sempre que for oportuno e nas hipóteses em que houver relação com o serviço prestado pelo Sistema.

7. Arcabouço Legal

O Arcabouço legal aplicável aos serviços disponibilizados pelo Sistema XYZ compreende:

7.1. Lei 8.112/1990 que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

7.2. O Decreto nº 7.133/2010, que regulamenta a Avaliação de Desempenho no âmbito das Agências Reguladoras,

8. Dos Direitos dos usuários

O Titular tem direito a obter da Anatel, em relação aos dados por ela tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

8.1. Confirmação da existência de tratamento;

8.2. Acesso aos dados;

8.3. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

9. Dos deveres do usuário

O usuário deverá:

9.1. Possuir vínculo com a Anatel;

9.2. Possuir capacidade civil plena para acesso ao Sistema;

9.3. Realizar cadastro com informações pessoais de forma fidedigna;

9.4. Realizar alteração de cadastro com informações de forma fidedigna;

9.5. Guardar os dados necessários (login, senha e número do fistel) para acesso a seu ambiente restrito no Sistema;

9.6. Manter atualizados seus dados cadastrais;

9.7. Cumprir com todas exigências legais e normativas.

O Usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar serviços públicos do Governo Federal.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Este deve manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do Sistema é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados

à Administração Pública Federal (APF), a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso à Internet, ao sítio e/ou Aplicativo.

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

1. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
2. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
3. Proteção do computador;
4. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
5. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
6. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
7. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
8. Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

10. Das vedações ao solicitante

O usuário não poderá:

1. Atuar como usuário de um outorgado, autoritário ou permissionário para o qual não esteja devidamente habilitado;
2. Inserir no Sistema informações falsas e/ou errôneas; usar endereços de computadores, de rede ou de correio eletrônico falsos; empregar informações parcialmente ou inteiramente falsas, ou ainda informações cuja procedência não possa ser verificada;
3. Utilizar, no campo destinado aos anexos, arquivos com vírus de computador, com conteúdo invasivo, destrutivo ou que cause dano temporário ou permanente nos equipamentos do destinatário e/ou do Sistema, ou, ainda, materiais protegidos por propriedade intelectual ou sigilo comercial, excetuando-se os casos em que o realizador do carregamento seja o próprio detentor desses direitos;
4. Nos campos destinados ao preenchimento de texto, utilizar-se de termos ou materiais ilegais, agressivos, caluniosos, abusivos, difamatórios, obscenos, invasivos à privacidade de terceiros, que atentem contra os bons costumes, a moral ou ainda que contrariem a ordem pública;
5. Alterar, excluir e/ou corromper dados e informações do Sistema com o simples intuito de dificultar ou obstruir a atuação a Agência;
6. Difamar, abusar, assediar, perseguir, ameaçar ou violar quaisquer direitos individuais (como a privacidade dos usuários do Sistema).

A prática de qualquer das condutas acima listadas pode implicar o cancelamento ou reencaminhamento da solicitação e/ou cancelamento do cadastro do usuário.

Caso ocorra alguma dessas vedações previstas, a Anatel poderá efetuar o cancelamento da solicitação sem aviso prévio.

11. Das penalidades

O descumprimento às condições, termos e observações deste instrumento dará à Anatel, enquanto administradora do Sistema, o direito de revogar, cancelar, excluir e/ou desativar o cadastro ou a informação empregada pelo usuário, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

12. Da modificação dos Termos de Uso

O presente termo vigorará por tempo indeterminado ou durante o período em que a Sistema estiver disponível.

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel se reserva o direito de modificar estes termos e condições a qualquer tempo, observando a comunicação ampla e prévia das alterações aos usuários do Sistema

13. Do Foro

Quaisquer disputas ou controvérsias oriundas de quaisquer atos praticados no âmbito da utilização dos sítios e/ou aplicativos pelos usuários, inclusive com relação ao descumprimento dos Termos de Uso e Política de Privacidade ou pela violação dos direitos da Administração Pública Federal, de outros Usuários e/ou de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade, serão processadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

As dúvidas referentes a este Termo de Uso podem ser encaminhadas por meio do Portal Anatel Consumidor ou por meio do aplicativo Anatel Consumidor, na opção pedidos de informação e, a seguir, tratamento de dados pessoais.